



FUNDO DE APOSENTADORIA E PENSÃO DOS SERVIDORES – FAPS

REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS ATA Nº 07/2026

Aos vinte e três dias do mês de julho de dois mil e vinte e seis, às nove horas, na Sala de Reuniões da Presidência, 6.º andar, sede administrativa do IPAM-FAPS, realizou-se reunião ordinária, em formato presencial, do Comitê de Investimentos. Registrou-se a presença do Presidente do IPAM, Sr. Gustavo da Silva Machado, do Diretor Financeiro, Sr. Vinícius de Vargas Bacichetto, da Tesoureira do FAPS, Sra. Luciane Maraschin e da representante do Conselho Deliberativo, Sra. Livia Cristina Brum Ries. Sr. Bruce Marlon Costa justificou ausência pois se encontrava em período de férias. Para a presente reunião foram abordados os seguintes temas: a) Análise do desempenho da carteira do IPAM-FAPS - Ref. Junho/2026; b) deliberação sobre compra de novo lote de títulos públicos - recomendação em anexo; c) deliberação sobre a reunião do mês de agosto/2026; d) curso para membros do Comitê de Investimentos e Conselhos; e) assuntos gerais. Tratando do primeiro ponto de pauta, análise do desempenho da carteira do IPAM-FAPS - Ref. Junho/2026, Vinícius iniciou a reunião abordando os números do encerramento do mês de junho. Segundo apresentado pelo relatório da Assessoria Financeira, SMI, o FAPS encerrou o mês com o acumulado de R\$ 886.372.127,15. Apresentando rentabilidade de R\$ 7.807.687,93 no mês e totalizando R\$ 54.331.882,37 em rentabilidade acumulada no primeiro semestre de 2026. Em relação ao desempenho da carteira *versus* a meta atuarial, o mês de junho apresentou 0,88% de rentabilidade, ante a meta atuarial de 0,63%. No acumulado do ano a carteira desempenhou 6,62% contra 6,29% de meta atuarial. Vinícius destaca que até abril deste ano a diferença entre o desempenho e a meta atuarial era maior se comparado com o fechamento do primeiro semestre. Segundo ele, o impacto maior que ajudou na redução do desempenho da carteira no período foi a volatilidade superior e desempenho negativo das aplicações em renda variável. Vinícius relata que a aplicação dos recursos do FAPS em fundos atrelados ao CDI ou que supere o CDI e em títulos públicos, como vem sendo realizado nos últimos meses, está sendo positiva e acertada, devido aos retornos que se tem verificado diante da performance dos mais variados índices de *benchmark* do mercado. Vinícius comentou que a renda variável foi bastante impactada pelos fatores do Estreito de Hormuz, e que diferentemente dos anos eleitorais anteriores, a impressão que se tem é que o cenário político interno, neste momento, não está realizando influência significativa, sendo que o principal fator de observação são os ataques e negociações entre Estados Unidos e Irã. Livia comenta que não há expectativa de mudanças na condução político-administrativa do Brasil, cenário que mantém o mercado em estado de observação quanto aos possíveis desdobramentos econômicos. Luciane comenta que os ataques no Estreito de Hormuz e demais regiões, além das novas taxações americanas, deixa um ambiente de pouca previsibilidade para investimentos e que o momento é de muitas incertezas, não é apenas o fator político ou eleições brasileiras que estão



influenciando o mercado financeiro no Brasil. Na ocasião Lívia comenta sobre o vídeo enviado por ela no grupo do WhatsApp do Comitê de Investimentos – “Deu Ruim no Tesouro” O governo não consegue mais vender a própria dívida, onde fala sobre os papéis do Tesouro Nacional e sobre investir em Títulos Públicos, segundo ela, a análise técnica apresentada exige atenção. No vídeo comenta-se sobre a suspensão do leilão do Tesouro Nacional ocorrido recentemente, as altas taxas de juros prometidas pelo Governo Brasileiro na oferta dos Títulos Públicos. Segundo ela, o cenário é preocupante e que não é um investimento sem risco. Existe um risco ao investir no Tesouro Nacional e que os membros do Comitê devem ficar atentos. Luciane questiona qual seria a melhor sugestão ou possibilidade de investimento, neste caso. Lívia informa que, diante das possibilidades de investimentos, mesmo contendo um certo risco nos investimentos em Títulos Públicos, ainda é a melhor opção que se tem no presente momento. Lívia também comentou sobre a última Ata do Comitê de Política Monetária (Copom), referente à reunião de 16 e 17 de junho de 2026). Destacou que a projeção de inflação para o quarto trimestre de 2027 aumentou de 3,5% para 3,7%. Apesar da elevação da inflação projetada em relação à meta, o Copom decidiu reduzir a taxa de juros, alongando o prazo para trazer a inflação de volta à meta. Gustavo comentou que as expectativas da inflação, segundo o Relatório FOCUS das últimas semanas, informa que a SELIC para 2026 é de 14,00% e para 2027 é de 12,00%, diferentemente do que apresentava o relatório no início do ano, onde as taxas projetadas eram menores. Luciane disse que em relação a Taxa de Juros e outros cenários é normal perceber, em períodos pré-eleição um posicionamento de otimismo dos governos, mas passado o período eleitoral as informações/cenários começam a ser diferentes. Segundo ela, no curso oferecido pela Caixa Econômica Federal, também foi comentado este tipo de posicionamento e percepção pelo palestrante. Concluída a reflexão e análise sobre cenário econômico e desempenho da carteira do FAPS, passa-se para o segundo ponto de pauta. O segundo ponto de pauta trata sobre a indicação, pela Assessoria Financeira, de compra de novo lote de Títulos Públicos em NTN-B 2060 com taxa de 7,40%+IPCA. Antes de deliberar sobre a indicação, o Diretor Financeiro apresentou os seguintes dados de investimentos em Títulos Públicos, com data base em 30 de junho de 2026: a) Total investido em Títulos Públicos: R\$ 702.324.510,23; b) Vencimentos de Lotes: 2026: R\$ 12.514.289,28, 2027: R\$ 64.969.463,09, 2028: R\$ 30.855.008,35, 2030: R\$ 47.437.409,10, 2031: R\$ 7.992.772,84, 2033: R\$ 10.948.563,91, 2035: R\$ 60.163.346,61, 2037: R\$ 19.634.579,98, 2040: R\$ 101.093.778,30, 2045: R\$ 92.286.513,13, 2050: R\$ 147.352.106,82 e 2055: R\$ 107.076.678,82; c) Recursos Investidos em Fundos de Investimentos: Banrisul: R\$ 7.046.162,38, Banco do Brasil: R\$ 27.814.719,08 e Caixa Econômica Federal: R\$ 149.021.998,93; d) Informações sobre as Taxas Indicativas (ANBIMA) dos Títulos Públicos NTN-B referente aos dias 16, 17, 20, 21 e 22 de julho. Após a apresentação dos dados e tendo em vista o estudo de ALM realizado no primeiro semestre do ano, passou para debate sobre o investimento sugerido. É de comum acordo que a compra de novo lote de títulos públicos é importante para buscar a superação da meta atuarial ao longo do período em que o recurso ficará investido. Lembrando que os lotes de títulos públicos sempre são levados a vencimento, modalidade “marcados na curva”. Em seguida passou-se a analisar o montante a ser aplicado. Vinícius havia enviado na convocação o estudo, mas reforçou que até o



fechamento de junho/2026, a carteira do FAPS tinha 79,25% alocado em Títulos Públicos e que o limite máximo de investimento com liquidez superior a 90 dias estava definido na PI 2026 de 85,00%, possibilitando investimento imediato de 5,75% ou R\$ 50 milhões de reais, aproximadamente. Com isso, definiu-se que o montante a ser aplicado em novo lote de títulos públicos seria de aproximadamente R\$ 34 milhões de reais. O próximo passo foi analisar de onde seria a origem deste recurso. Foi sugerido que não se movimentasse recursos de fundos atrelados ao CDI, tendo em vista o cenário atual de boa rentabilidade. Desta forma se avaliou os seguintes fundos: a) Caixa Multimercado Bolsa Americana: rentabilidade de 31,73% em 12 meses, 57,34% em 24 meses e 13,27% no ano e decidiu-se manter o investimento pela rentabilidade apresentada e pela diversidade da carteira; b) Fundo BB Ações Midcaps: fundo apresenta rentabilidade de 1,68% no ano e 5,91% em 12 meses, os membros entenderam que este recurso deve ser resgatado em sua totalidade, pois não tem trazido bons resultados e tem puxado o desempenho da carteira do FAPS para baixo, ocorrendo o resgate em ambas as contas (18448-9 e 19377-1); c) BB Governança: rentabilidade de 5,78% no ano e 22,40% em 12 meses, também se optou em manter o investimento tendo em vista o seu *benchmark* e também a diversificação da carteira; d) Banrisul FIA: já estava registrado o seu resgate ao alcançar valor superior a R\$ 6 milhões de reais conforme orientação da SMI e deliberação em reunião anterior e que este recurso já foi computado para compra de títulos públicos no último lote; e) Caixa FIA Consumo: devido sua desvalorização, os membros entendem manter o recurso aguardando retomada do desempenho do Fundo. Após as devidas análises, os membros do Comitê de Investimentos deliberaram pelo Resgate total do Fundo BB Midcaps, e a utilização dos recursos do lote de títulos públicos, cujo o vencimento ocorrerá em agosto/2026 e, o restante para completar o investimento de R\$ 34 milhões, deverá ser resgatado do Fundo Caixa Topazio, sendo que para a realização do resgate do Fundo BB Midcaps, o Diretor Financeiro solicitará estudo para verificar posição final de rentabilidade, se ambos os investimentos estiverem positivos os resgates podem ser operacionalizados de imediato. Além disso, foi aprovado por unanimidade, que o recurso dos fundos resgatados e o lote de títulos públicos com vencimento em agosto serão aplicados no Fundo Caixa Topazio até a operacionalização da compra. Vencidas as análises e deliberações, passou para definição dos papéis, analisando o desempenho dos títulos de NTN-B 2050, 2055 e 2060 e, buscando alocar recursos de forma progressiva para o alongamento da carteira. Foi deliberado por unanimidade que o investimento a ser realizado é de R\$ 14 milhões em NTN-B 2060, respeitando os recursos com vínculos COMPREV e Geral, e R\$ 20 milhões em NTN-B 2055. A diferença da taxa indicativa de rentabilidade varia, ao longo do período analisado (23/06 a 22/07), em média 0,10% entre os dois papéis avaliados. Por fim, verificou-se que o próximo leilão dos papéis. Em terceiro ponto de pauta, reunião do mês de agosto, ficou deliberado que a reunião será protelada, tendo em vista o período de férias do Diretor Financeiro, que retorna no dia 24/08. Desta forma, por unanimidade, foi aprovada a alteração para o dia 27/08 e no formato online. O quarto ponto de pauta trata sobre o 2º Encontro de membros de Comitê de Investimentos e Conselhos de RPPS. Gustavo convidou os membros para participarem e informou que é uma oportunidade tendo em vista que o evento ocorrerá em Caxias do Sul, no mês de setembro. Assim,



o Gustavo definiu até dia 27/07 para retorno dos nomes dos interessados em participar. Por fim, em Assuntos Gerais, Gustavo comentou que em reunião recente havia informado que o Pró-gestão poderia ser implantado até setembro de 2026, no entanto, avaliando o cronograma e as atividades a serem executadas, informou que provavelmente ocorrerá entre dezembro de 2026 e os primeiros meses de 2027. Vinícius aproveitou o momento e solicitou aos membros que enviem certificados de participação em eventos direcionado para área de investimentos em que os membros tenham participado, pois precisa enviar para o sistema da Assessoria do Pró-Gestão, para validação deste requisito. Nada mais havendo a relatar eu, Vinícius de Vargas Bacichetto, encerro a presente ata que será assinada por mim e pelos demais membros do Comitê de Investimentos. Esta Ata também serve como atestado de participação na reunião para fins de ausência laboral.